



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

CURRÍCULO ESCOLAR: PRÁTICAS E DESAFIOS

ANDREIA LOPES DE JESUS SANTANA

**BELO HORIZONTE
2016**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

CURRÍCULO ESCOLAR: PRÁTICAS E DESAFIOS

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós-Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação do (a) Professor (a) Aline Gabriele Pereira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE
2016**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Andreia Lopes de Jesus Santana

CURRÍCULO ESCOLAR: PRÁTICAS E DESAFIOS

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em ____ de _____ de dois mil e dezesseis, como requisito necessário para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

Prof^a.M^a. Aline Gabriele Pereira (Orientadora) - UFMG

Andreia Lopes de Jesus Santana - Cursista

AGRADECIMENTOS

Agradeço a DEUS por mais essa conquista, a ELE toda honra e toda glória, pois sem ELE, esse sonho não se tornaria impossível. À professora Aline Gabriele Pereira, pelo esforço, dedicação e compreensão oferecidos durante os momentos de execução desse estudo. A minha mãe Vasti, grande guerreira, supridora da ausência paterna, que não mediu esforços para que eu chegasse até aqui. Ao meu esposo Geraldo que sempre esteve ao meu lado, dando-me apoio, sendo compreensivo e fiel companheiro. A minha irmã Andressa, pelo carinho e incentivo. Ao Pastor Hudson e família, e demais irmãos em CRISTO, pelas constantes orações em prol da minha vida. À minha querida prima, Maria José, pela amizade e disposição em me ajudar sempre e torcer pelo meu sucesso. E às demais pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este trabalho se tornasse realidade. A vocês, ofereço esta minha vitória.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso é fruto de muitos estudos teóricos a respeito do Currículo Escolar com suas práticas e desafios, no qual propõem-se reflexões acerca dos princípios essenciais que norteiam o processo educativo. Tem como objetivo fornecer elementos para desenvolver melhor o processo ensino-aprendizagem, (re)pensando um Currículo Escolar que atenda à realidade e comunidade da E.M. Professora Ana Moraes Pessamílio, situada no município de Mathias Lobato-MG. Para tanto, aborda temas como os espaços e tempos escolares nos quais esse currículo se insere; além do planejamento didático-pedagógico e a avaliação do processo de ensino proposto, sendo eles parte fundamental da execução do currículo escolar. Percebeu-se que a escola em questão vem conseguindo avanços em sua forma de organizar seu currículo, conseguindo atender às necessidades específicas de sua comunidade, entretanto, ainda é possível caminhar para que o currículo escolar possa representar ainda mais a realidade na qual a escola está inserida.

Palavras-Chave: Currículo Escolar; Gestão Escolar; Tempo e espaço escolar; Planejamento; Avaliação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CURRÍCULO ESCOLAR - PRÁTICAS E DESAFIOS	7
TEMPO E ESPAÇO NA ESCOLA	9
PLANEJANDO E AVALIANDO	10
CONSIDERAÇÕES FINAIS	12
REFERÊNCIAS.....	13
ANEXO – Projeto Político-Pedagógico	14

INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Professora Ana Morais Pessamílio, situada à Rua Vereador Francisco José Cardoso, nº 138, no Centro de Mathias Lobato-MG, possui um público alvo de educandos dentro e fora da faixa etária, em sua maioria, são munícipes da zona urbana, provindos de famílias com condições socioeconômicas baixas, alguns com pouca ou nenhuma escolaridade, assalariados e/ou dependentes do benefício do Governo Federal, o Bolsa Família¹.

Desde 1998, vem prestando atendimento ao público existente para os anos iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA), e existem atualmente 19 (dezenove) turmas atendidas.

Caminha-se persistentemente no processo de construção de uma educação de qualidade. Valorizando a formação continuada (Pró-Letramento, PNAIC) e o trabalho coletivo no planejamento das ações pedagógicas, por considera-los de grande relevância para se obter sucesso no processo de ensino-aprendizagem.

Entretanto, surgem entraves no cotidiano escolar, em relação ao Currículo Escolar, cumprimento da carga horária referente a cada conteúdo disciplinar. Sabendo que a função principal da instituição é cuidar e educar, consolidando, desta forma, o seu papel social, a equipe da Escola Municipal Professora Ana Morais Pessamílio busca, para além desses entraves, viabilizar o sucesso na aprendizagem de seus estudantes.

Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo fornecer elementos para desenvolver melhor o processo ensino-aprendizagem, (re)pensando um Currículo Escolar que atenda à realidade e comunidade na qual a E.M. Professora Ana Morais Pessamílio se insere. Sabendo-se que para trabalhar os componentes curriculares, é necessário que haja espaço (escola) e tempo (horas/aulas) adequados, além de planejamento didático-pedagógico com avaliações do processo de ensino proposto, pois segundo Coll (2008 *apud* ARAÚJO, 2008, p.32) “o currículo é um instrumento

¹ É um programa federal de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. O programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. Disponível em <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>, acesso em 10/04/2016.

que deve levar em conta as diversas possibilidades de aprendizagem não só no que concerne à seleção de metas e conteúdos, mas também na maneira de planejar as atividades”.

Será utilizada como metodologia, a pesquisa bibliográfica de autores que tratam do tema, bem como a reflexão a partir da observação da realidade da escola em questão.

CURRÍCULO ESCOLAR - PRÁTICAS E DESAFIOS

Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito. (VEIGA NETO, 2002, p. 7)

Com a demanda extensiva da escolarização, para que as exigências curriculares fossem as mesmas, tornou-se necessária a organização de conteúdos, compondo seus respectivos sistemas de ensino reformuladas nos anos 80, para proporcionar aos educandos a formação necessária ao desenvolvimento de sua auto-realização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania (BRASIL,1997).

O currículo escolar é indispensável, pois é através dele que os educadores terão base norteadora para elaboração do planejamento e a comunidade escolar terá conhecimento dos conteúdos que compõem a Base Nacional Comum Curricular, definição das metas e estratégias a serem alcançadas, com os direitos e os objetivos de aprendizagem para a Educação Básica, neste caso, os anos iniciais do Ensino Fundamental.

O currículo da Escola Municipal Professora Ana Morais Pessamílio não é estático, pronto e acabado. É dinâmico e busca trabalhar as diretrizes comuns, atendendo às exigências legais, contemplando as necessidades dos alunos, detectadas após o diagnóstico destes e da comunidade local, e desenvolver questões de ordem ética, moral e de cidadania.

Na escola em questão, é essencial e primordial saber o rumo da aprendizagem dos educandos, quais habilidades e competências estão sendo

trabalhadas e alcançadas, atentando sempre às dificuldades apresentadas, introduzindo, retomando e consolidando conteúdos com todos os recursos pedagógicos, na busca do desenvolvimento da plena aprendizagem. Elaborando novas e diferentes estratégias para aqueles que não atingem os objetivos de aprendizagem, respeitando a peculiaridade de cada um.

Segundo Araújo (2008), o Currículo, assim como outros documentos da escola, deve ser elaborado coletivamente, garantindo efetiva participação e construção, melhor forma de manuseá-los, avanço na aprendizagem e transparência da gestão escolar; não esquecendo que devem ser usados como base a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) e o PNE (Plano Nacional da Educação).

Na referida escola, a comunidade se reuniu em Audiências Públicas para a elaboração do PME (Plano Municipal de Educação), e algumas metas, com suas respectivas estratégias, já estão sendo vivenciadas, cumprindo o que consta nas legislações vigentes.

Contudo, a Base Nacional Comum Curricular, na qual constam os conteúdos disciplinares, está passando por uma inovação² amparada no princípio constitucional segundo o qual:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, Art. 205).

Em comprometimento com a aprendizagem, o educador juntamente com o gestor tem que dar atenção especial e repensar as metodologias, respeitando as diferenças individuais, enfatizando o processo de ensino-aprendizagem, para a concretização da aprendizagem dos educandos.

Na elaboração do Currículo, dentro do processo de elaboração coletiva do PPP, surgem alguns obstáculos que interferem na construção dos mesmos como:

² A Base Nacional Comum Curricular tem suas origens no Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidenta Dilma Rousseff em 2014. A forma da gestão compartilhada dessa ferramenta pedagógica foi ampliada para o público em 15 de setembro de 2015 com prazo final para contribuições com sugestões até 15 de março de 2016. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/conheça>, acesso em 03/04/2016.

baixo número de famílias presentes nas reuniões, ausência de funcionários e timidez para pronunciar sugestões. Porém, cientes de que a gestão democrática é uma construção contínua, utilizando da participação efetiva das pessoas presentes e do processo democrático, incentivando-os a darem suas opiniões e acatando as mesmas, chega-se a um consenso e, aos poucos, os objetivos são alcançados.

TEMPO E ESPAÇO NA ESCOLA

O Ensino Fundamental, com duração de nove anos, estrutura-se em quatro ciclos de escolaridade, conforme Resolução SEE nº 2197/2012, porém, na Escola Municipal Professora Ana Moraes Pessamílio, o atendimento é realizado a educandos do Ciclo da Alfabetização (1º ao 3º ano), Ciclo Complementar (4º e 5º ano) e do Projeto EJA (Educação de Jovens e Adultos) abrangendo os Ciclos Intermediário e da Consolidação (1º e 3º períodos).

O currículo dessa escola, possui seu sistema organizacional para obter bons resultados, seguindo-se o Quadro Curricular (instrumento escolar contendo a base nacional comum curricular) para que o educador tenha base e conhecimento dos conteúdos disciplinares, carga horária semanal e como desenvolver o trabalho didático-pedagógico.

O quadro curricular da escola é cumprido conforme a LDB, lei nº 9394/96, Art.24, Inciso I com projetos abrangendo as Leis nº 12909/98, nº 12491/97, nº8069/90, nº 11525/07, nº 11645/08 e Decreto nº 41166 de 06/07/00 de acordo com os quais são trabalhadas atividades diversificadas e interdisciplinares.

Os educandos são ajustados a módulos temporais, aulas de 50 minutos diários, observando conteúdos e necessidades individuais de aprendizagem de cada um. Há educadoras recuperadoras, as quais auxiliam os educandos com dificuldades de aprendizagem e/ou baixo rendimento para que não se tornem módulos rígidos.

Além de todas essas vantagens, o ano escolar conta com atividades de planejamento, de coordenação, avaliação, atualização (inovação) e aprimoramento de pessoal, as mesmas acontecem semanalmente, mensalmente e por fim em todos os bimestres, contemplando todo ano de estudos.

E tudo isso está inserido no Calendário Escolar, sendo através dele, que o trabalho na escola se reflete, o que ela faz e a que se propõe.

No cotidiano escolar, sempre há uma reconstrução desse instrumento temporal, conforme necessidades e interesses que vão surgindo no decorrer do ano letivo. Às vezes, em época chuvosa fora da previsão, ou quando falta transporte escolar por quebra de peças automotivas e outros motivos, o calendário é refeito com a participação da comunidade escolar; com o devido reconhecimento da necessidade de compor a carga horária anual do educando que são os duzentos dias letivos. Sendo assim, a escola atende o que indica a LDB, quando determina que “o calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta lei” (BRASIL, 1996, Art.23, § 2º).

Quanto ao espaço nesta escola, o prédio possui nove salas de aula; sala de informática; secretaria com banheiro e depósito de material didático-pedagógico; sala para os educadores com banheiro; sala para as especialistas em educação; sala de vídeo; sala para psicopedagoga; sala para nutricionista; biblioteca; cozinha/cantina com depósito para os produtos alimentícios; depósito para material de limpeza e outros; banheiros (masculino/feminino) amplos e adequados para o uso de cadeirantes; pátio recreativo. Portanto, é um espaço adequado, porém com necessidade de complementação/reorganização.

Vive-se com certa ansiedade pelo fato de não possuir área ampla para recreação e quadra poliesportiva para realização das aulas de Educação Física, além de um refeitório adequado ao público atendido. Tais atividades acontecem no pátio recreativo, às vezes causando tumultos e muitas vezes prejudicando a qualidade do trabalho desenvolvido. Apesar disso, as educadoras mantêm a disciplina, planejam e efetuam as atividades recreativas e de Educação Física da melhor maneira possível.

PLANEJANDO E AVALIANDO

O planejamento educacional é uma etapa de grande relevância, pois serve para definir e traçar objetivos desejáveis que direcionarão o trabalho realizado,

desde a organização geral da escola, até a definição do que vai ser ensinado. Segundo Carvalho (1976, p. 14) “o planejamento envolve quatro elementos necessários para a sua compreensão: processo, eficiência, prazos e metas”.

Na Escola Municipal Professora Ana Moraes Pessamílio, todo início de ano escolar acontecem encontros com educadores, especialistas em educação e direção, para formalizar o planejamento didático-pedagógico anual, bem como os bimestrais. Seguindo orientações metodológicas e pedagógicas, o mesmo é feito coletivamente para atender aos educandos de cada Ciclo.

Além desse momento, a escola realiza também, reuniões semanais e/ou mensais, denominadas de Módulo II, onde observa o que foi proposto para o bimestre, avalia-se a prática educativa e busca-se a proposição de recursos pedagógicos para a efetivação de um trabalho coerente com as práticas pedagógicas e os objetivos traçados.

Entretanto, o processo de ensino não se encerra apenas com as atividades constantes do planejamento, mas também com as diversas formas de avaliar a aprendizagem do educando, para então, replanejar a ação educativa. Além da avaliação diagnóstica, usa-se as avaliações formativa (contínua) e somativa (final). A avaliação formativa é realizada ao longo do processo ensino-aprendizagem e fornece os dados necessários para aperfeiçoamento do mesmo; já a avaliação somativa, classifica os resultados da aprendizagem conforme os níveis de aproveitamento estabelecidos, proporcionando ao final a verificação dos objetivos alcançados.

Segundo Luckesi (2002) avaliar a aprendizagem é fazer um diagnóstico de uma experiência com a finalidade de reorientar o planejamento e os procedimentos, visando obter melhores resultados.

Procede-se, pois, ao diagnóstico, para detectar o nível de aprendizagem de cada educando, envolvendo a formulação, utilizando as matrizes de referências (competências/habilidades e descritores), a determinação dos conteúdos a serem ministrados, conforme Planejamento realizado para auxiliar na facilitação da aprendizagem. O mesmo requer o conhecimento da realidade de cada um, o que conhece a respeito do que vai ser ministrado, o interesse em aprender e a real necessidade desse conhecimento.

Apesar de não haver reprovação (retenção) dos educandos com baixo nível de aprendizagem, a escola proporciona aos mesmos, intervenções pedagógicas, no contra turno, a partir do diagnóstico de aprendizagem dos mesmos, conforme disposto na LDB nº 9394/96 em seu artigo 12, inciso V.

As avaliações no âmbito das políticas educacionais abrangem uma lógica dominante da gestão educacional, pois, além das avaliações internas da escola, acontecem também as avaliações externas, referentes aos sistemas de ensino federal e estadual.

Entretanto, reconhece-se que tanto o processo de planejamento quanto o de avaliação ainda podem caminhar no sentido de uma gestão mais democrática dos mesmos, na qual não só a equipe da escola, mas toda a comunidade se envolvam nesses processos, conhecendo e contribuindo com sua construção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção deste trabalho foi vislumbrar a questão do currículo do ensino fundamental e suas contribuições com o processo de ensino-aprendizagem, com o propósito de oferecer subsídios teóricos e argumentativos àqueles que se preocupam e participam desse processo, sobretudo na Escola Municipal Professora Ana Morais Pessamílio.

Considerando que para existir uma escola adequada e uma educação comprometida com a formação de sujeitos humano-históricos, são necessárias mudanças no currículo do ensino fundamental, devendo-se articular com as demais transformações que nossa escola exige: estrutura administrativa, didática, trabalhos docente e discente, e participação da comunidade.

Considerando a relevância do Currículo Escolar, juntamente com o Projeto Político-Pedagógico é que existem itens favoráveis ao desenvolvimento dos mesmos, sendo: o tempo, espaços, planejamento e avaliação, pois através destes que se vê o trabalho realizado e objetivos alcançados.

Percebeu-se que a escola vem conseguindo avanços em sua forma de organizar seu currículo, conseguindo atender às necessidades específicas de sua comunidade, planejando e replanejando coletivamente seu calendário escolar e

aproveitando da melhor maneira possível os espaços disponíveis dentro da escola. Além disso, seu planejamento é realizado juntamente com toda a equipe escolar, sendo revisto e mudado ao longo do ano de acordo com as necessidades; além disso, as avaliações diagnóstica, formativa e somativa permitem aos educadores acompanhar a aprendizagem dos alunos e repensar seus objetivos e metodologias de ensino.

Entretanto, ainda é possível caminhar para que o currículo escolar possa representar ainda mais a realidade da escola. A falta de espaços recreativos compromete a realização de alguns trabalhos e a escola poderia se beneficiar muito da construção de uma quadra poliesportiva e de um refeitório. Além disso, tanto o processo de planejamento quanto o de avaliação poderiam envolver mais a comunidade escolar, para que ela pudesse conhecer melhor o trabalho da escola e ajudar na construção de um currículo que atenda às reais necessidades do público atendido.

Por fim, o texto possibilitou reviver conceitos e temáticas os quais refletirão na essência do processo educacional posto em prática na E.M. Professora Ana Moraes Pessamílio.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, P. Currículo: O norte para aprendizagem. **Revista Nova Escola**, nº 209, Jan/Fev, 2008.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CARVALHO, H. M. de. **Introdução à teoria do planejamento**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2002.

VEIGA NETO, A. De geometrias, currículo e diferenças. **Educação e Sociedade**, Dossiê Diferenças-2002.

ANEXO – Projeto Político-Pedagógico



escola de gestores
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLITICO-PEDAGÓGICO DA
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ANA MORAIS PESSAMÍLIO**

**ANDRÉIA LOPES DE JESUS SANTANA
GILSILENE FERREIRA NETO
SIRLENE RODRIGUES PINHEIRO DE PAULA**

BELO HORIZONTE, 2015

**ANDRÉIA LOPES DE JESUS SANTANA
GILSILENE FERREIRA NETO
SIRLENE RODRIGUES PINHEIRO DE PAULA**

**PROJETO POLITICO-PEDAGÓGICO DA
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ANA MORAIS PESSAMÍLIO**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da professora Micheli Virginia De Andrade Feital do curso de especialização em gestão escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

BELO HORIZONTE, 2015

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	<u>3</u>
<u>1. FINALIDADES DA ESCOLA</u>	<u>5</u>
<u>2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL</u>	<u>6</u>
<u>2.1. Estrutura Organizacional Administrativa.....</u>	<u>6</u>
<u>2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica</u>	<u>7</u>
<u>3. CURRÍCULO</u>	<u>10</u>
<u>4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....</u>	<u>11</u>
<u>5 - PROCESSOS DE DECISÃO</u>	<u>13</u>
<u>6. RELAÇÕES DE TRABALHO.....</u>	<u>15</u>
<u>7. AVALIAÇÃO</u>	<u>16</u>
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	<u>18</u>
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	<u>19</u>

INTRODUÇÃO

O presente documento trata-se do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Professora Ana Moraes Pessamílio, município de Mathias Lobato (MG). Está organizado a partir dos seguintes eixos: Introdução, Finalidades da Escola, Estrutura Organizacional Administrativa, Estrutura Organizacional Pedagógica, Currículo, Tempos e Espaços Escolares, Processos de Decisão, Relações de Trabalho e Avaliação.

A Escola Municipal Professora Ana Moraes Pessamílio, integra a rede municipal de ensino e está situada à Rua Vereador Francisco José Cardoso, nº 138, Centro, Mathias Lobato (MG). Foi criada pela Resolução nº 8524/98 que autoriza a municipalização de turmas de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental da Escola Estadual Paulo Luiz de Ensino Fundamental (1ª a 8ª séries). Situada na Praça Arthur Bernardes n 40, no município de Mathias Lobato, conforme a lei municipal nº 470, de 23 de julho de 1997, alterada pela Lei Municipal nº 476, de 18 de novembro de 1997. É mantida pela Prefeitura Municipal através da Secretaria Municipal de Educação.

A escola se organiza em ciclos, fundamentada na Resolução SEE (Secretaria Estadual Educação) N° 1086, de 16 de abril de 2008 da SEE - MG, sendo o ciclo da Alfabetização em 3 (três) anos (1º, 2º, 3º ano) e ciclo complementar de dois (2) anos (4º, 5º ano).

Esta escola se propõe a trabalhar pelo desenvolvimento do educando, assegurando - lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, fornecendo - lhe meios de progredir no trabalho e em estudos posteriores, como propõe a Constituição Federal de 1988.

Todos os funcionários, num trabalho coletivo, envolvem-se no processo educativo, para que a missão da escola e da comunidade seja cumprida. O resultado esperado é a possibilidade dos alunos terem uma experiência escolar coerente e bem sucedida.

O Projeto Político Pedagógico dessa escola, elaborado por toda a equipe pedagógica e pela comunidade escolar, expressa os desejos e as intenções

educacionais, possibilitando estabelecer metas e planejar ações a serem desenvolvidas a médio e longo prazo.

Conforme afirma Gadotti (2.000, p.38),

Fazer um projeto significa lançar – se para frente, antever o futuro. O projeto é, pois um planejamento em longo prazo, atividade racional, consciente e sistematizada que as escolas realizam para traçarem a sua identidade como organização educativa.

O objetivo do Projeto Político Pedagógico é definir meios para que a escola possa alcançar seus objetivos, maximizando o seu potencial e criando os recursos necessários para superar dificuldades já observadas ou de possível provisão, adequando a escola à modernidade e às exigências da sociedade. Segundo Vasconcellos (1995, p.143),

O projeto Pedagógico é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativo. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da instituição.

Portanto, esta Proposta Pedagógica vem para adequar os novos objetivos da educação propostos na nova LDB (Lei 9394\96) à realidade da nossa escola buscando subsídios para atender a heterogeneidade da nossa clientela escolar em prol de uma educação de qualidade e do alcance de todos os alunos. Oferecendo a educação básica cuja finalidade é desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, fornecendo-lhe meios de progredir no trabalho e em estudos posteriores.

1 FINALIDADES DA ESCOLA

A Escola Municipal Professora Ana Morais Pessamílio tem como missão, garantir condições para que o aluno construa instrumentos que o capacitem para um processo de educação permanente, propondo uma prática educativa adequada às necessidades sociais, políticas e econômicas.

A escola prima pela preparação para a vida, oportunizando aos alunos tornarem-se cidadãos participativos, que se posicionam de maneira crítica, responsável e que utilizam o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas, cidadãos que construam sua própria história.

A Escola tem por finalidade proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades para sua auto-realização, preparação para o exercício consciente da cidadania e prosseguimento de estudos, observando as determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9394/96, em seu artigo 32.

Portanto criar meios e condições favoráveis ao indivíduo, que vão de encontro aos seus interesses e aptidões, que favoreçam o cultivo de valores morais e éticos, necessários à sua formação integral, agindo como elo de interação entre a família e a comunidade, incorporando sua experiência de vida ao currículo escolar, possibilitando o seu enriquecimento no processo educativo e da coletividade.

2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1. Estrutura Organizacional Administrativa

A escola atende cerca de 400 alunos, divididos em dois turnos, distribuídos em 18 turmas. Para a sua administração, conta com um diretor legalmente habilitado nos termos da legislação de ensino para o exercício do cargo, indicado pela entidade mantenedora.

O cargo de Vice-Diretor é exercido por profissional legalmente habilitado, indicado pelo Diretor e pela entidade mantenedora. A Secretaria está subordinada à Direção e é encarregada do serviço de escrituração e registro escolar de pessoal, de arquivo, fichário e preparação de correspondência do estabelecimento.

A função de Secretário é exercida por profissional que tenha habilitação exigida por lei.

A constituição, composição, funcionamento e provimento dos Serviços Auxiliares obedecem às conveniências administrativas e às normas da Direção do Estabelecimento e da entidade mantenedora.

Os Serviços Auxiliares são vinculados à Direção e se responsabilizam pela execução de tarefas de natureza burocrática, de manutenção e conservação do patrimônio, da segurança e do funcionamento das atividades de apoio e do Estabelecimento.

A Biblioteca-Videoteca desta escola tem por finalidade auxiliar no desenvolvimento do currículo, dos programas específicos e das atividades escolares em geral, constituindo uma fonte de informação, leitura e consultas para alunos e professores, ainda cuidando da catalogação, guarda e fornecimento para uso de livros e material audiovisual.

A Biblioteca-Videoteca fica sob a responsabilidade de um funcionário designado pela Direção.

O sistema de supervisão promoverá a articulação entre os demais serviços, em busca da qualidade do processo ensino-aprendizagem.

A Supervisão Educacional é um processo dinamizador do crescimento pessoal e profissional dos educandos e coordenador das atividades docentes, cujas funções

são de assessorar, coordenar, acompanhar e avaliar as atividades de caráter técnico-pedagógico do processo ensino-aprendizagem.

O pessoal docente se constitui de todos os professores, portadores de habilitação prevista na legislação de ensino aplicável.

A escola é mantida pela Secretaria Municipal de Educação (SME) e só pode contar com doações voluntárias dos pais, isto é, não pode ser exigida nenhuma contribuição financeira do aluno.

Por mais que se fale em gestão democrática financeira, o diretor não tem total autonomia sobre os recursos, pois os mesmos vem para a escola com destino pré – definido, com o que deve ser gasto durante o ano. A escola depende de repasse da SME, que nem sempre é repassado de forma adequada, ou seja, deveria diminuir a burocracia dando mais autonomia ao gestor.

2.2 Espaço Físico e Equipamento Mobiliário

A Escola Municipal Professora Ana Moraes Pessamílio possui prédio próprio, construído em 2007 e entregue à comunidade em fevereiro de 2008. Apesar de ser um prédio novo, passou por reforma no ano 2012, pois o mesmo foi entregue com defeito na sua estrutura.

A escola possui uma cantina bem equipada que atende às necessidades, mas não conta com refeitórios. Os alunos merendam nas salas de aula, junto com os professores. São 10 minutos destinados à merenda e 20 minutos para o recreio.

A escola possui banheiros femininos e masculinos, adaptados para deficientes físicos. Há uma biblioteca pequena, uma sala de vídeo que precisa de mobília, salas de aula bem equipadas, laboratório de informática, secretaria bem mobiliada, uma sala de professores confortável e uma sala que é dividida com a direção e a supervisão da escola

2.3 Estrutura Organizacional Pedagógica

A escola oferece os anos iniciais do Ensino Fundamental, dividido em dois ciclos: Ciclo Inicial de Alfabetização e Ciclo Complementar de alfabetização.

Os turnos são divididos de acordo com as necessidades da clientela, pois são atendidos alunos oriundos da zona rural. No turno da manhã há 9 (nove) turmas, sendo, 2 (dois) primeiros anos, 1(um) segundo ano, 1(um) terceiro ano, 2 (dois) quartos anos, 2 (dois) quintos anos e uma sala de intervenção.

No turno da tarde há 10 (dez) turmas, sendo 2 (dois) primeiros anos, 2 (dois) segundos, 2 (dois) terceiros anos, 2 (dois) quartos anos, 1(um) quinto ano, 1(uma) sala de intervenção.

No total a instituição conta com 22(vinte e dois) professores e um auxiliar de biblioteca, destes, apenas 4 (quatro) docentes e a auxiliar de biblioteca não possuem graduação.

Há 3 (três) auxiliares de secretaria, 1 (uma) secretária e 2 (duas) supervisoras, divididas em dois turnos.

Todos os professores são PI (Professor de Educação Básica, nível 1), pois não há plano de carreira no município.

A escola promove reuniões mensais, chamadas de modulo II coletivo, onde discute e estuda o que foi proposto no planejamento bimestral, avalia-se a prática educativa e busca a proposição de alternativas para a melhoria do trabalho escolar.

Percebe - se a necessidade da elaboração de um projeto de ensino e de aprendizagem de leitura, mais coerente com a realidade dos alunos, que desperte o interesse, ampliação e enriquecimento de suas práticas de leitura.

A Escola desenvolve projetos como: Educação Ambiental, Projeto de Leitura, Projeto de Recuperação Intensiva (PRECI), Jogos Interclasses e exposição de projetos realizados durante o semestre. As atividades a serem desenvolvidas deverão ser variadas, de acordo com as necessidades da comunidade escolar, pois, entende-se que a escola é um espaço significativo de aprendizagem para todos que dela fazem parte.

Nesta proposta será permitida aos alunos a liberdade de expressão, proporcionando o aprender a aprender, saber pensar, aprender a fazer, excluindo-se a recepção passiva.

Deverão ser usadas técnicas de alfabetização que possibilitem a relação teórica e prática, ação e compreensão, experiência concreta do aluno e conhecimento organizado.

As estratégias de ensino devem possibilitar uma relação da experiência do aluno com o saber produzido na sociedade.

As metodologias deverão ser avaliadas e reformuladas, com o objetivo de promover a aprendizagem dos conteúdos básicos por todos os alunos, de forma integrada e interdisciplinar.

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais,

A interdisciplinaridade supõe um eixo integrador, que pode ser o objeto de conhecimento, um projeto de investigação, um plano de intervenção. Nesse sentido, ela deve partir da necessidade sentida pelas escolas, professores e alunos de explicar, compreender, intervir, mudar, prever, algo que desafia uma disciplina isolada e atrai a atenção de mais de um olhar, talvez vários (BRASIL, 2002, p. 88-89).

O aluno aprenderá participando, formulando problemas, tomando atitudes diante de fatos, investigando, construindo novos conceitos e informações, e escolhendo os procedimentos quando se vê diante da necessidade de resolver questões.

3 CURRÍCULO

O currículo é um dos elementos norteadores do Projeto Político Pedagógico. É no currículo que detalhamos como se organiza o processo de produção do conhecimento da escola. É também um dos elementos que mais geram polêmicas no processo de construção desse documento porque suscita questões importantes, tais como: as diretrizes pedagógica aprendidas na escola, bem como sobre o encaminhamento das atribuições.

Portanto, quando não analisamos o currículo e não o concebemos como todas as ações desenvolvidas no âmbito da escola, este pode causar conflitos internos gerados pela desarticulação.

Para compreendê-lo, a escola precisa organizar debates e discussões, ampliar valores da cultura e dos grupos sociais a que atende, permitindo, assim, uma integração dos valores tradicionais da sociedade.

Outro fato relevante a se considerar a respeito do currículo, é a existência dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL,1998), que, apesar de sua elaboração dar-se-á fora do espaço escolar, alheio às especificidades da comunidade local, este deve ser parte integrante do currículo e trabalhado no dia-dia da escola, adotando atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças sociais.

A Escola Municipal Professora Ana Moraes Pessamílio prioriza os educandos a todo momento. No início de cada ano é realizado um diagnóstico em todas as turmas para saber quais os direitos de aprendizagem os alunos adquiriram, e, após, iniciar os trabalhos de planejamento e intervenção.

Portanto, o currículo desta escola não é estático, pronto e acabado. É um currículo dinâmico, que busca trabalhar as diretrizes comuns, atendendo às exigências legais, contemplar as necessidades dos alunos, detectadas após o diagnóstico destes e da comunidade local, e desenvolver questões de ordem ética, moral, e de cidadania.

Os componentes curriculares do Ensino Fundamental, as áreas de conhecimento são: Linguagens, Língua Portuguesa, Língua Materna, Língua Estrangeira Moderna, Arte, Educação Física, Matemática, Ciências da Natureza, História, Geografia e Ensino Religioso

4 TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

O Ensino Fundamental, etapa de escolarização obrigatória, deve comprometer-se com uma educação com qualidade social e garantir ao educando, conforme art. 32 da LDBEN 9394/96:

- I- Desenvolvimento da capacidade de aprender, com pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.
- II- A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade.
- III- A aquisição de conhecimentos e habilidades, e a formação de atitudes e valores, como instrumento para uma visão crítica do mundo.
- IV- O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

O Ensino Fundamental, com duração de nove (9) anos, estrutura-se em quatro ciclos de escolaridade, considerados como blocos pedagógicos sequenciais, conforme a resolução SEE nº 2197/2012.

- I- Ciclo da Alfabetização, com duração de três (3) anos de escolaridade, 1º, 2º e 3º ano.
- II- Ciclo Complementar, com duração de dois anos de escolaridade, 4º e 5º ano.
- III- Ciclo Intermediário, com duração de dois (2) anos de escolaridade, 6º e 7º ano.
- IV- Ciclo da Consolidação, com duração de dois (2) anos de escolaridade, 8º e 9º ano.

Os Ciclos da Alfabetização e Complementar devem garantir o princípio da continuidade da aprendizagem dos alunos, sem interrupção, com foco na alfabetização e letramento. Os Ciclos Intermediários e da Consolidação devem ampliar e intensificar gradativamente, o processo educativo no Ensino Fundamental.

A Escola municipal Professora Ana Morais Pessamílio, através do Projeto de Intervenção Pedagógica, atende alunos com dificuldades de aprendizagem, no tempo em que elas surgirem, no contra turno, a partir de um diagnóstico prévio dos mesmos.

Os professores alfabetizadores participam dos cursos de formação, ministrados por professores orientadores de estudos, através do PNAIC.

As reuniões pedagógicas são realizadas semanalmente, com duração de duas horas, relativas ao módulo II. Há também reuniões previstas em calendário que deverão objetivar: palestras proferidas aos alunos por pais, profissionais em assuntos específicos; participação na programação de excursões, visitas e aulas especiais de cunho formativo e informativo; formação de grupos de estudos orientados pela escola e dirigidos aos pais; outras sugestões oferecidas pelos pais.

O ano letivo será composto de 200(duzentos) dias letivos, cada um com aulas e atividades, desenvolvidas em 40(quarenta) semanas de 5(cinco) dias,sendo aulas de 50 (cinquenta) minutos ministradas pelo professor regente de Língua portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Ensino Religioso e uma aula de Educação Física por semana ministrada por um professor habilitado conforme o calendário.

Além do trabalho efetivo com alunos, o ano escolar contará com atividades preparatórias, de programação, de planejamento, de coordenação, avaliação, atualização e aprimoramento de pessoal.

5 PROCESSOS DE DECISÃO

A gestão democrática caracteriza-se pela participação de toda a comunidade escolar na tomada de decisões. Teoricamente, foram criados vários órgãos para ajudar nas tomadas de decisões, mas ainda não foram colocados em prática. Há que se fazer uma reflexão sobre a questão do compartilhamento das responsabilidades das ações desenvolvidas no âmbito da escola e a importância da comunidade se fazer representar. Por mais que se almeje uma gestão democrática, ela ainda não é realidade nesta escola. Pretende-se, ao elaborar este Projeto Político Pedagógico, fazer valer os mecanismos de participação democrática na gestão da escola, como por exemplo, o Conselho Escolar e a Associação de Pais e Mestres.

O Conselho de Classe é um órgão que tem poder de decisão, mas não conta com a participação de representantes da comunidade, apenas de “atores internos” da instituição. Composto por todos os professores e especialistas, presidido pelo Diretor. Compete ao Conselho de Classe: analisar e sugerir medidas que visem à melhoria do processo ensino-aprendizagem, propor diretrizes com vistas à elaboração do plano geral da unidade escolar, reunir-se, quando necessário e convocado, para assessoramento didático-pedagógico à Direção, e estimular os colegas a desenvolverem atividades pedagógicas integradas.

O Conselho de Classe se reunirá bimestralmente para tratar no desempenho dos alunos. Caberá ao Conselho de Classe decidir ou opinar sobre: a necessidade de classificação ou reclassificação de aluno, a necessidade de anulação ou substituição de prova, exame, teste ou trabalho destinado à avaliação, revisão de prova, teste, exame ou trabalho componente da última avaliação do ano letivo, quando solicitado, medidas disciplinares que lhe forem submetidas para apreciação e parecer sobre planos de curso, programas, livros e material didático, se forem solicitados e aprovação ou reprovação de alunos em situações limítrofes, assim consideradas pela direção.

Nas reuniões do Conselho de Classe serão definidas as estratégias para melhorar o rendimento da turma, comparando resultados e identificando possíveis

falhas no sistema de avaliação ou no procedimento didático que possam prejudicar ou dificultar o processo ensino - aprendizagem.

A análise dos casos individuais definirão a estratégia de reforço e/ou recuperação a serem implementadas.

A aplicação das decisões do Conselho de Classe dependerá de sua homologação pela diretoria.

6 RELAÇÃO DE TRABALHO

A Escola zela por um ambiente agradável e acolhedor, em que as relações sejam pautadas pela ética, solidariedade e reciprocidade. Busca-se criar espaços de reflexão, promovendo o diálogo e a comunicação entre os diferentes segmentos da escola e da comunidade, propiciando assim, a construção de novas formas de relações de trabalho.

A relação com a comunidade, ainda que de forma tímida, é importante, pois não há espaço efetivo para a participação democrática, como o Conselho Escolar, a democracia, na escola, deve ser constituída na cumplicidade, que respeita e faz valer os direitos e deveres que complete a cada infância.

A parceria escola e comunidade é essencial para que se possa obter êxito no desempenho escolar dos alunos e, conseqüentemente, no crescimento da comunidade, pois ela é composta por esses alunos e suas famílias.

A escola valoriza a contribuição da comunidade escolar e, por valorizar e respeitar as particularidades de seus membros, a participação dos profissionais de educação nos eventos de ordem pedagógica programadas pelos diversos segmentos educacionais locais, serão efetivamente viabilizados pela escola, que não medirá esforços para conciliar os horários da escola e dos eventos.

Propõe-se ainda, para melhorar a relação de trabalho, não só dos funcionários e direção, como também da escola e comunidade, a criação da Escola de Pais, onde os mesmos virão à escola, não para ouvir falar de seus filhos, mas para aprender a se relacionar com eles.

As reuniões de pais serão programadas para o final de cada etapa quando serão divulgados os resultados das avaliações, os programas de recuperação e o sistema de reavaliação.

As relações de conflito, envolvendo alunos e/ou professores, quando surgem, são resolvidas de forma a atender ambas as partes, através do diálogo, respeitados os direitos de cada um.

A escola, em parceria com o Conselho Tutelar Municipal, realiza visitas às famílias dos educandos e faz a análise sócio econômico cultural com o objetivo de sanar as indisciplinas, as dificuldades de aprendizagem e os conflitos internos.

7 AVALIAÇÃO

Embora o termo avaliação tenha muitos significados, todos eles concentram em um mesmo ponto, ou seja, valorização um processo, um procedimento, uma ação.

Segundo Veiga, 2001

A avaliação do projeto pedagógico, numa visão crítica, busca conhecer a realidade escolar, explicar e compreender os seus problemas e suas causas, suas relações com a comunidade externa e com o sistema do qual faz parte, suas opções para mudança. Assim a avaliação se dará com base em dados concretos sobre como está a organização escolar em relação à ação praticada e da própria organização de todo o trabalho pedagógico.(VEIGA, 2001,p,33

Considerando a avaliação dessa forma é que esta escola realizará avaliação contínua, durante todo o processo de ensino-aprendizagem, e de forma qualitativa ou formativa, objetivando sinalizar ao professor o nível de desempenho da turma prevenindo-o da necessidade da realização de novas estratégias de ensino.

Ao diagnosticar e avaliar o desempenho da turma para definir a necessidade de complementação de estudo, recuperação ou reforço. Serão proporcionados aos alunos, estudos de recuperação destinados a reduzir a repetência em cada ano.

O reforço escolar, destinado aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, é feito de forma paralela. Os alunos são retirados da sala no seu horário de aula com a finalidade de trabalhar suas dificuldades, com uma duração de 2 horas para cada turma.

A recuperação se destina ao aluno de menor rendimento em cumprimento ao disposto no Art.12, inciso V da LDBEN 9394, de 23 de dezembro de 1996.

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:
V - Prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
(LDBEN,1996)

Constituição Federal, no Art. 205 que diz:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Todas as ações tomadas pela escola terão o devido conhecimento e consentimento da SME, que deverá certificar-se de que suas ações são para promover o bem comum de toda a instituição

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Repensar a gestão da escola e fazer desta um espaço de participação democrática é um grande desafio. O Projeto Político Pedagógico é a mola mestra do processo educacional que ocorre dentro do espaço escolar e amplia-se para fora dela, abrindo novas possibilidades.

A necessidade de realçar a importância da elaboração do Projeto Político Pedagógico, observando as leis estabelecidas pelo sistema de ensino e as necessidades da comunidade escolar e local, tendo objetivos e metas claras. Destaca-se também a participação e envolvimento de ambos, como construção coletiva, instrumento de gestão democrática. Dessa forma, todos consideram-se responsáveis pela implantação e implementação, em sua totalidade.

Segundo Veiga, 2001, p.15

[...] Construir um projeto pedagógico significa enfrentar o desafio da mudança e da transformação, tanto na forma como a escola organiza o seu processo de trabalho pedagógico como na gestão que é exercida pelos interessados, o que implica o repensar da estrutura de poder da escola.

Entende-se que este documento, tão importante na organização da instituição, garante a ela, efetivar uma educação de qualidade para todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem. É importante lembrar que não é um documento estanque e sim, dinâmico, flexível, devendo ser analisado e re-elaborado anualmente, pois a sociedade está em constante transformação e apresenta outras demandas à educação.

A elaboração deste documento, se de forma participativa, é o primeiro passo para a democratização da gestão escolar. Ainda não é findo, é um processo em construção.

A partir desta análise pôde-se perceber o quanto ainda precisa-se refletir, discutir e criar mecanismos para avançar, com ações concretas, rumo a uma gestão democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Janete M. L. de. **O projeto político pedagógico no contexto da gestão escolar**. 2010, disponível em <moodle3.mec.gov.br/ufmg>

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez, 1996.

_____, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

_____, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**, Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**, Brasília, DF: MEC/SEF, 2002.

DE ROSSI, V. L. **Gestão do projeto político pedagógico: entre corações e mentes**. São Paulo: Moderna, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MINAS GERAIS. **Resolução nº 2197/12**. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: Plano de ensino aprendido e projeto pedagógico**. São Paulo: Libertad, 1995.

VEIGA, I.P.A. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político pedagógico. In:_____. **Escola: do espaço do projeto político pedagógico**. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.